

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O OLHAR DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA CONTEMPORANEIDADE

Josefa Raquel Costa Benício; Wellington Pedro da Silva.

Universidade Federal da Paraíba- Campus IV(UFPB) rachel-costa23@hotmail.com
Universidades Federal da Paraíba- Campus IV(UFPB) wellingtontargino10@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar a dinâmica da inclusão escolar sob o ponto de vista dos professores da rede pública, buscando identificar e analisar a visão dos educadores a respeito da inclusão de crianças portadoras de necessidades educacionais especiais em uma escola regular do município de Curral de Cima, estado da Paraíba. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que tem o estudo de caso como método de investigação que pesquisa a especificidade de um determinado grupo. Para coleta de dados foi utilizado o questionário aberto com dezenove perguntas. Foi feito também estudos bibliográficos contemplados autores que dão ênfase ao tema pesquisado. Realizar um investimento na voz do docente, em sua história pessoal de formação e trabalho como elementos de conhecimento capazes de contribuir para favorecer a construção de reflexões que possam aprimorar o processo inclusão e a aprendizagem das pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais no ensino regular. Os dados aponta que todos os educadores que participaram dessa pesquisa têm formação inicial adequada para o exercício docente, mas não possuem habilitações e/ou conhecimentos a respeito da educação inclusiva. Mostra a acomodação e desinteresse dos professores em práticas e métodos que possa atender as peculiaridades dos indivíduos com necessidades educacionais especiais. Dessa forma, no município de Curral de Cima, há a necessidade de sensibilização, formação e ambição para o manejo de salas de aula inclusivas, condição fundamental para a construção de uma educação mais qualificada para todas as pessoas, garantindo assim a diversidade existente como propulsora da aprendizagem e a efetivação de inclusão educacional.

PALAVRAS-CHAVES: Educação Inclusiva, Concepção de Professores, Necessidades Educacionais Especiais.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história as pessoas com deficiência foram vítimas de toda sorte de preconceitos e durante muito tempo a deficiência, era abordada como um problema exclusivamente do indivíduo. As pessoas que nasciam com alguma limitação do ponto de vista físico ou mental eram impedidas de viver em sociedade, pois essas pessoas, por si sós, representavam uma ameaça à ordem social vigente por serem consideradas fora dos padrões normais, o que provocava a rejeição desses indivíduos.

Diante desse processo de exclusão que estudiosos organizações e movimentos sociais começaram a se mobilizar para construir leis e políticas públicas que garantissem os direitos dessas pessoas.

Progressivamente, a partir dessas lutas, as pessoas com deficiência conquistaram seus direitos, principalmente o direito a educação. Apesar dos avanços na conquista, na contemporaneidade, as escolas ainda não apresentam um ensino eficaz para pessoas com deficiência, ou seja, no âmbito escolar, o educando portador de necessidades educacionais especiais não está sendo atendido em suas necessidades de aprendizagem, e para tanto, a instituição deve ter um amplo conhecimento na área.

Foi a partir do estudo realizado que se percebeu que a inclusão educacional é um tema que está presente nos debates realizados nas universidades, faculdades e especialmente nos cursos de formação de professores. No entanto, apesar de existirem dispositivos legais em nosso país que garantam esse direito, não é isso o que se vê na prática, ou seja, a grande maioria das crianças, jovens e adultos com deficiência encontra-se excluída das oportunidades educacionais ou, quando estão nas escolas, não têm acesso ao conteúdo curricular e fracassam educacionalmente, evadindo-se.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é identificar e analisar as concepções dos professores da educação básica a respeito do processo de inclusão educacional de crianças e jovens com deficiência na Escola Municipal de Ensino Fundamental Valdevino Ribeiro da Silva, localizada no município de Curral de Cima, estado da Paraíba.

A pesquisa escolhida para esse trabalho foi à qualitativa que pode ser definida como uma pesquisa exploratória em que o pesquisador inicia um processo de sondagem, com vistas a aprimorar ideias, descobrir intuições e, depois, construir hipóteses. Ou seja, pretende identificar e analisar em profundidade dados coletados de um determinado grupo de sujeitos em relação a um problema ou dificuldade específica.

Por se tratar de uma abordagem qualitativa, a pesquisa terá o estudo de caso como método de investigação. Foi feito uso de diversas fontes bibliográficas com capacidade de dialogar com o tema deste trabalho. Também se utilizou documentos que orientam a política nacional para a educação inclusiva.

O instrumento da pesquisa foi um questionário escrito especificamente para esse trabalho, contendo 19 (dezenove). E por fim foi feito análises sobre as concepções dos professores a respeito da inclusão educacional de crianças com deficiência na sala de aula regular.

Participaram deste estudo professores da rede pública da Escola Municipal de Ensino Fundamental Valdevino Ribeiro da Silva. A razão da escolha reside no fato de que esta é a escola que contém maior quantidade de alunos com deficiência inseridos no ensino regular no município de Curral de Cima, aspecto fundamental para a realização da pesquisa.

Em relação aos professores, todos são graduados e alguns são pós-graduados. O método de ensino segue uma linha tradicional, com tendência renovadora. O corpo docente da escola é composto por dezessete professores da segunda fase do fundamental, quatro professores da primeira fase e um professor da EJA.

A Escola tem cinco alunos com deficiência matriculados no ensino regular, com faixa etária de 7 a 16 anos, dos quais dois têm Deficiência intelectual (1º e 5º ano), dois tem surdez (6º e 7º ano), um tem deficiência física (7º ano). O atendimento educacional desses alunos é restrito ao ensino regular.

Hoje, o que se vê são crianças, adolescentes e jovens com deficiência inseridos em um contexto escolar que não atende as suas necessidades educacionais e no qual a sua diferença é percebida como limitadora ou impedidora de seu desenvolvimento. A maioria dos educadores não observa as possibilidades de aprendizagem que são inerentes ao indivíduo com deficiência e ainda não possui clareza filosófica e conceitual sobre o processo de inclusão na esfera do cotidiano escolar, dos direitos humanos e dos direitos das pessoas com deficiência, o que acaba gerando dúvidas e inquietações na comunidade escolar de modo geral.

De acordo com as análises, os professores pesquisados não tem informações sobre a educação inclusiva e tão pouco sabem lidar com esses indivíduos. Então fica claro que os professores acreditam na inclusão, mas não têm conhecimento mais aprofundado sobre as ações necessárias para a implementação de experiências de inclusão exitosas, tão pouco habilidades para trabalhar com alunos com deficiência no âmbito educacional.

ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para que a educação inclusiva seja implementada os profissionais da educação devem estar preparados para atender as necessidades educacionais dos alunos no contexto escolar. Nesse sentido, o questionário com questões abertas utilizado, busca

desvelar a concepção de educadores em relação à educação de sujeitos portadores de necessidades educacionais especiais e às políticas de inclusão.

Em relação à formação dos professores. As respostas apontaram que todos os professores têm graduação em Pedagogia, e dois dos professores pesquisados têm as graduações de biologia e matemática. Dos seis sujeitos pesquisados, três têm pós-graduação na área da educação.

Então a formação inicial é uma exigência para o profissional da educação para atender e responder as peculiaridades dos educandos em sala de aula. Essa formação inicial, exigida em nosso ordenamento legal, segundo a Declaração de Salamanca (1994), deveria assegurar ao futuro professor o conhecimento e as competências necessárias para responder de forma eficaz às limitações e possibilidades dos educando em sua sala de aula, buscando atender a diversidade existente na escola.

Os professores que participaram da pesquisa têm a formação exigida para atuar na docência do ensino fundamental, formação esta que deveria assegurar o sucesso do trabalho docente com qualquer tipo de indivíduo. Mas, infelizmente, a maioria dos educadores não teve contato com a educação inclusiva na sua formação, por isso não possuem habilidades, conhecimentos ou desenvolveram atitudes que poderiam favorecer o ensino inclusivo. Para essa pesquisa foi usado questões aberta na qual os professores respondiam de acordo com o conhecimento de cada uma e para garantir o anonimato dos professores pesquisados iremos nomeá-los nesta análise como professor 1, professor 2, professor3, professor 4, professor 5 e professor 6.

É o que podemos observar na fala da professora 2, a seguir:

Inicialmente foi um grande desafio profissional (ter uma criança com deficiência em sala de aula), me senti despreparada para enfrentar a situação. Ser um professor de uma criança com necessidades educacionais especiais, no meu caso, uma aluna surda-muda, sem nenhum curso específico na área, foi necessário muita dedicação e muitas das vezes me sentia insegura. (Professor 2. Questionário realizado em 10/12/2014.

Em relação à formação de professores, é importante ressaltar que ela, por si só, não é capaz de dar todas as respostas necessárias para o manejo da sala de aula. Essa habilidade só é desenvolvida se o professor estiver comprometido com uma educação de qualidade, no caso da educação de crianças com deficiência é fundamental comprometer-se com o processo, mesmo que não se tenha recebido uma formação

específica na área. Desse modo, um dos maiores desafios a ser vencido para a construção de sistemas escolares mais inclusivos é levar o professor a assumir a responsabilidade de educar a todos os sujeitos, como ressalta Rodrigues (2006) que o professor deve ter uma prática, continuada e reflexiva, que pense no público que está atendendo..

Em relação ao tempo de atuação dos professores, todos os professores tem experiência de sala de aula. Então, esses educadores além de possuírem a formação inicial adequada à docência, também possuem experiência em sala da aula com crianças e jovens com dificuldades de aprendizagem. Apesar dos anos de atuação, os professores não estão comprometidos com a inclusão. Isso quer dizer que os anos de atuação não garantem ao professor a sensibilidade ou as habilidades necessárias para a educação inclusiva. Como está a professora 6 que tem mais de 20 anos de docência, na qual afirma que sentiu as dificuldades para trabalhar com a inclusão.

Também foi feita perguntas sobre a inserção do aluno com necessidades educacionais na escola e sobre o conhecimento dos professores a respeito das políticas de inclusão educacional.

Sobre o melhor lugar para se educar a pessoa com deficiência, as respostas do professor 1:

A escolar regular é o lugar para o atendimento de alunos com necessidades, desde que os professores sejam capacitados para atender esses alunos. (Professor 1. Questionário realizado em 10/12/2014).

Sim o aluno é bem recebido na escola, sendo que os professores não sabem muito bem lidar com esse tipo aluno. (Professor 1. Questionário realizado em 10/12/2014).

Diante das respostas, o professor 1, apesar de achar que o espaço indicado para a educação dos alunos com deficiência é a escola regular, condiciona esse atendimento à existência de professores capacitados para esse atendimento. O professor parece não compreender que é dever desse profissional aprimorar suas práticas pedagógicas de modo que ela responda às necessidades de cada educando, promovendo a aprendizagem de todos. O professor em tela parece compartilhar da opinião de que só pode educar um indivíduo com necessidades educacionais especiais aquele que tiver o curso de “capacitação”. Esse não é o nosso entendimento, pois é possível a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas a partir da reflexão sobre a ação pedagógica.

A respeito dos mesmos questionamentos, o professor 2 afirma que o deficiente seja incluído, mas se sente insegura para trabalhar com esse indivíduo.

Certamente a concepção do professor é oriunda de uma tradição histórica ainda presente nos contextos escolares, o paradigma da integração. No contexto da inclusão, o que se deseja são escolas que possam garantir que todos os alunos aprendam juntos, sem distinções. São as escolas que devem satisfazer as necessidades dos estudantes, adaptando-se aos seus diversos estilos de aprendizagem. De acordo com a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que afirma o princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em garantir a todos os alunos uma educação de qualificada com currículos adequado, estratégias pedagógicas, infraestrutura e cooperação da comunidade.

Desse modo, são as escolas que devem mudar para atender, trabalhar e conviver com a diversidade existente nas salas de aula.

Em outro momento, o professor 2 salienta que o aluno é bem recebido na escola, mas esquece não é só receber o aluno e sim incluir ele junto aos demais alunos da sala e da escola. É visível que o preconceito está presente no contexto escolar investigado, e na opinião do professor, é reflexo do preconceito da sociedade mais ampla.

A pessoa com deficiência não é aceita porque não se deseja que seja semelhante aos “normais”. Nega-se a igualdade, porque esta remeteria a uma situação de suposta inferioridade, como num espelho no qual se vê a possibilidade de tornar-se também deficiente. Nesta linha de pensamento, Mantoan(2011) afirma:

O preconceito justifica as práticas de distanciamento dessas pessoas, devido às suas características pessoais (como também ocorre com outras minorias), que passam a ser alvo de nosso descrédito; essas pessoas têm reduzidas as oportunidades de se fazerem conhecer e as possibilidades de conviverem com os seus colegas de turma, sem deficiência, (MANTOAN, 2011,p.36).

Para além do discurso da tolerância, que pode encobrir um sentimento implícito de suportar, aguentar, é necessário que família, a escola, o professor manifestem solidariedade em relação às diferenças, pois estas são a essência de todos os seres humanos.

O professor 4 escreveu as seguintes respostas sobre o local mais indicado para a educação de pessoas com deficiência:

(Acha que o aluno com deficiência não deve se educar na escola regular), pois as escolas não têm estruturas físicas o suficiente e tão pouco profissionais para atender de maneira positiva os alunos com necessidade especiais. (Professor 4. Questionário realizada em 10/12/2014).

Alguns professores, diretores enxergam o aluno com deficiência como um problema a mais em sala de aula para ele conviver. (Professor 4. Entrevista realizada em 10/12/2014).

O depoimento do professor 4 sinaliza que compreender a educação inclusiva implica necessariamente lançar o olhar para uma escola que está em construção. Nesse espaço real, convivem o regular proclamado e instituído, e o irregular, que escapa dos contornos estabelecidos. A organização administrativa e pedagógica da escola segue a lógica das legislações, que nem sempre garantem a sobrevivência dos alunos na instituição educacional.

O professor 4 parece fazer referência à acessibilidade, afirmando que a escola não está pronta para receber sujeitos portadores de necessidade educacionais especiais. A acessibilidade é um dos requisitos necessários para a inclusão escolar, mas não pode ser colocada como um fator que a impede.

A padronização dos sujeitos e a manutenção de estruturas excludentes no interior da escola podem ter efeitos devastadores no projeto de construção de escolas inclusivas, porém, compreender o sentido dessas representações, conhecer o lugar ocupado pela pessoa com deficiência, permite resignificar a escola.

Por excelência, a escola pública é o lugar de todos, no entanto, parece que no contexto investigado práticas de homogeneização e padronização ainda estão presentes para garantir a regularidade.

Muitas vezes a escola também utiliza uma argumentação supostamente científica para justificar a não aceitação da matrícula do aluno com deficiência, alegando que para esses sujeitos exige-se treinamento e reabilitação especializada. Parece não considerar que a inclusão educacional dá aos professores a chance de melhorar suas habilidades profissionais através do apoio colaborativo e da capacitação.

Montoan (2011) salienta que muitos educadores têm medo de perder os privilégios conquistados ao longo dos anos e que suas práticas sejam abaladas pela a inclusão. Assim, as escolas ainda resistem a inclusão de alunos com deficiência, sob os mais diversos argumentos: falta de experiência e conhecimento dos professores, perfil

de aluno diferenciado, ausência de possibilidade de aprendizagem no contexto regular, etc.

Na realidade investigada, a escola precisa se reorganizar para garantir o acesso e a participação de todas as crianças em todas as oportunidades oferecidas pela escola, impedindo a segregação e o isolamento.

Sobre o conhecimento das políticas públicas de inclusão educacional, todos os professores tiveram respostas parecidas. Não têm conhecimento mais aprofundado das políticas de inclusão, o que dificulta a implementação do processo no ambiente escolar. Essa parece ser uma lacuna encontrada na formação inicial de professores, pois a educação inclusiva, segundo os professores que participaram da pesquisa, foi pouco explorada, assim como o conhecimento acerca das necessidades educacionais especiais.

Rodrigues(2006) afirma que:

Primeiro, a formação continuada é necessária porque se entende que as professoras ainda não foram o “suficientemente” qualificadas para a prática educacional durante sua certificação formal inicial nas instituições de ensino superior. Nesse caso, seria urgente a reflexão sobre o desempenho da universidade nos cursos de formação (RODRIGUES, 2006,p.228).

O ideal seria que todos os professores da educação básica estivessem preparados para lidar com a diversidade existente na sala de aula, ou seja, que todos os professores tivessem informações sobre as políticas públicas de inclusão, mas não é o que acontece na realidade investigada.

Sobre as dificuldades encontradas em sala de aula com a inclusão educacional de alunos com deficiência no ensino regular.

O professor 1 respondeu que “tem dificuldades em lidar com alunos com necessidades, pois não tem feito nenhum curso nesta área, dificultando assim a interação em entre professor e aluno”, diz também que teve que aprender o mínimo da língua de sinais para que o aluno compreenda o que está fazendo em sala.

As dificuldades enfrentadas pelo professor do ensino regular que atua em salas com alunos portadores de alguma deficiência são muitas. Muitas delas poderiam ser superadas com a construção de estratégias diversificadas de ensino. É importante destacar o interesse do professor 1 com a aprendizagem de seu estudante surdo, quando afirma ter aprendido um pouco de língua brasileira de sinais para facilitar a comunicação e expressão em sala de aula. A esse respeito, Mantoan (2006) afirma que é

necessário recuperar, urgentemente, a confiança dos professores em lidar e desenvolver o processo de ensino-aprendizagem com todos os alunos, sem exceções.

O professor 2, fazendo referência a questão das dificuldades encontradas por ele na sala de aula respondeu:

Os planejamentos das aulas tiveram que ser adaptados e tive que investir nos recursos visuais, pois a nossa relação de professor-aluno inicialmente estava limitada por eu não saber a linguagem de sinais. (Professor 2. Questionário realizado em 10/12/2014).

Foi instituída, em 24 de abril de 2002 a Lei Federal Nº 10.436/02, a Língua Brasileira de Sinais – Libras, que reconhece a forma de comunicação e expressão em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. Língua essa que foi implantada no currículo das licenciaturas com a disciplina de Libras, a fim de ajudar os professores ao se deparem com situações como a citada na entrevista. Porém, muitos professores não tiveram a oportunidade de cursar a disciplina recentemente implantada.

O professor 4 afirma que sentiu muitas dificuldades, pois aluno especial necessita de uma forma particular de lidar com o mesmo, Afirma ainda:

A mudança principal foi à forma diferente de abordagem das atividades (planejamento), sem esquecer a forma de avaliação diferente dos demais da sala de aula. (Professor 4. Questionário realizado em 10/12/2014).

Esse professor reconhece que o ensino deve ser realizado tomando como referência as limitações e possibilidades de aprendizagem do aluno com deficiência, do mesmo modo que demonstra estar disposto a reorganizar suas próprias práticas pedagógicas para atender as necessidades de todos os alunos de sua sala.

Todos os educadores pesquisados fizeram referência à qualidade da escolarização que está sendo oferecida ao aluno com necessidades educacionais especiais. Afirmaram ainda que essa demanda não está sendo bem atendida, pois são diversos os fatores que contribuem para a precarização da educação em geral e da educação da pessoa com deficiência em particular, tais como: a falta de capacitação, recursos didáticos, profissionais especialistas, acessibilidade, sala de recurso, etc.

Ainda existem muitas barreiras à inclusão. Porém, é fundamental se comprometer com a qualidade do ensino ofertado para todos, incluindo aquele destinado

às pessoas com necessidades educacionais especiais, pois é responsabilidade da escola e do professor buscar alternativas, estratégias, para beneficiar aos alunos.

Outra dificuldade citada por grande parte dos professores que participaram da pesquisa foi à falta de participação da família no contexto escolar, pois de acordo com nossos informantes, os pais só participam de reuniões quando a escola convoca e não procuram se envolver com a aprendizagem de seus filhos.

A inclusão também é responsabilidade da sociedade e da família. Na realidade investigada, a família é encarada pelo professor como obstáculo à aprendizagem de seus filhos, delegando toda a responsabilidade com a educação para a escola. Não existe convívio entre os pais de crianças com necessidades educacionais especiais e os professores. Essa realidade não favorece a inclusão, pois é fundamental que os professores e os pais construam uma relação de trabalho melhor. Essa relação é válida para a própria causa da inclusão e também beneficia todas as crianças, os pais e os professores, ou seja, a relação família e escola proporciona melhor aprendizagem dos sujeitos e promove a inclusão social e educacional.

Apesar dos novos paradigmas em favor da inclusão educacional, ainda existe no contextos educacionais e professores com filosofias e práticas segregacionistas. Essas circunstâncias impõem barreiras à inclusão.

Os professores 4 e 6 afirmam que o aluno com deficiência, no contexto da escola, aprende pouco, ou seja, eles parecem sugerir que o aluno com deficiência não é capaz desenvolver uma boa aprendizagem, que é lento.

Visto essas afirmações, os professores sentem que os alunos com necessidades educacionais especiais não possuem uma aprendizagem significativa, ou seja, que esses sujeitos não são capazes desempenharem o papel de cidadão com qualquer outro sujeito “normal”. Então ainda existem professores com atitudes discriminatórias, possivelmente devido à falta de informação e/ou inexperiência no convívio com o diferente.

Também os professores relataram sobre os aspectos positivos que observam na inclusão educacional, como o professor 2 expressa: “ que a inclusão é um direito, e tem que ser cumprido, portanto o contexto escolar não pode excluir alunos com necessidades educacionais especiais”.

O professor 2 compreende a inclusão como um direito que tem que ser respeitado, porém, não indica um aspecto positivo com relação a implementação desse processo na escola.

É no ensino regular que o sujeito com deficiência deve aprender a conviver com colegas sem deficiência e da mesma faixa etária. Esse processo é positivo e favorece o desenvolvimento cognitivo, social, motor, afetivo de todos os alunos, além de ensinar a toda à comunidade escolar o valor da social da igualdade. Ainda sobre os pontos positivos da inclusão educacional, o professor 2 salienta que a escola deve auxiliar na formação do indivíduo.

Para esse professor, a escola tem um papel importantíssimo na inclusão, porque é na escola que o sujeito é capaz de aprender a conviver, contribuir com o outro, e construir conhecimentos necessários à prática social. Portanto, é a escola o espaço apropriado para prover ao cidadão conhecimentos para a vida em sociedade.

A resposta do professor 3 diz que a inclusão é importante, porque inseri a criança portadora de deficiência com as outras crianças ditas “normais”, e ainda acrescenta que a inclusão faz com que alunos com necessidade especiais se sintam acolhidos na sociedade e possam a compreender que ser diferente é normal.

Diante destas informações, os professores que participaram da pesquisa acreditam na inclusão, mas não têm conhecimento mais aprofundado sobre as ações necessárias para a implementação de experiências de inclusão exitosas, tão pouco habilidades para trabalhar com alunos com deficiência no âmbito educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a pesquisa feita identificou que todos os professores pesquisados têm formação inicial adequada à docência na educação básica, além de anos de experiência profissional, e mesmo assim fazem referência à dificuldades no processo de inclusão escolar, pois não se sentem preparados e capacitados para trabalhar com esse sujeito na sala de aula regular.

Diante dessa realidade os alunos com necessidades educacionais não estão sendo atendido de forma eficaz no ensino básico, ambiente esse em que o aluno está sendo integrado e não incluído. Vale ressaltar que os educadores não possuem teoria sobre inclusão educacional dificultando o processo de ações pedagógicas que visa à diversidade e a aprendizagem de todo em sala de aula.

Ao longo da pesquisa com os professores pesquisados têm a concepção de que a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais deveria acontecer, mas

afirmam que necessitam de formação que os oriente na construção de novas práticas pedagógicas, fator primordial para o processo da inclusão. Todo professor é capaz de construir um ambiente educacional comprometido com a aprendizagem e com a quebra do paradigma da exclusão.

Os professores ressaltam as dificuldades, queixam-se de que a escola não dá o apoio necessário para o trabalho da inclusão, facilitando assim o processo de exclusão. Mesmo assim, não pode esquecer que é responsabilidade do educador refletir sobre as potencialidades que o ambiente educacional apresenta sobre as práticas pedagógicas adequadas para os alunos em sala de aula, além de trabalhar para a superação das barreiras ao processo de inclusão educacional.

Visto essa realidade a inclusão não se constitui de forma linear, uma vez que nas vozes dos professores observa-se que o paradigma da integração, marcado pela dicotomia educação comum x educação especial, ainda exerce forte influência na estruturação de práticas e representações na escola pública regular.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais : Adaptações Curriculares /** Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. – Brasília : MEC /SEF/SEESP, 1998.

BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos:** plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Brasília: UNESCO,1990.

BRASIL. **lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, 24 de abril de 2002.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica.** Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais,** 1994, Salamanca-Espanha.

RODRIGUES, David(org.).**Inclusão e Educação:** doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo:Summus,2006.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli; ARANTES, Valeria Amorim(org.). **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos.** São Paulo: Summus,2006.

MANTOAN, Maria Tereza(org.). **O desafio das diferenças nas escolas.**3.ed.Petrópolis,RJ:Vozes,2011.